

DF Social/ Ed. Formal e Não Formal (Atuação do Pedagogo na SEDES)



Durante acompanhamento realizado pelo **CRAS Planaltina**, a equipe identificou que Luciana, responsável familiar inscrita no CadÚnico e residente no Distrito Federal, possuía renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Após ser incluída no DF Social, ela não movimentou os valores recebidos durante 90 dias. Posteriormente, constatou-se que uma renda obtida por integrante da família não havia sido informada no cadastro. Diante da situação, o pedagogo participou das orientações socioeducativas sobre direitos, deveres e atualização cadastral.

01. Considerando os objetivos do Plano DF Social estabelecidos pela Lei Distrital nº 7.008/2021, a atuação socioeducativa descrita no caso deve compreender que o programa:

- A.** Concentra sua finalidade na concessão de renda, enquanto o fortalecimento de vínculos familiares permanece desvinculado dos objetivos do plano.
- B.** Articula a transferência de renda com objetivos relacionados à redução da desigualdade, à elevação da qualidade de vida e à oferta de serviços públicos.
- C.** Substitui o acompanhamento socioassistencial pela concessão financeira, desde que a família permaneça com os dados atualizados no CadÚnico.
- D.** Condiciona a superação da pobreza à inserção imediata dos beneficiários no mercado formal de trabalho.
- E.** Direciona suas ações às famílias em extrema pobreza, embora admita o acompanhamento temporário das famílias classificadas como de baixa renda.

02. De acordo com os requisitos de ingresso no Programa DF Social previstos na Lei Distrital nº 7.008/2021 e no Decreto Distrital nº 42.872/2021, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A inscrição no CadÚnico assegura o ingresso de Luciana, ainda que sua renda familiar ultrapasse o limite definido para o programa.
- B.** A residência no Distrito Federal pode ser comprovada após o início dos pagamentos, quando a família já estiver incluída no pro-

grama.

- C.** Luciana reúne os requisitos de ingresso porque está inscrita no CadÚnico, reside no Distrito Federal e possui renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.
- D.** O ingresso de Luciana depende da presença de criança, pessoa idosa ou pessoa com deficiência em sua composição familiar.
- E.** A renda familiar mensal deve ser considerada sem divisão pelo número de integrantes, pois esse cálculo é utilizado na identificação das famílias de baixa renda.

03. Considerando a ausência de movimentação dos valores por Luciana, assinale a alternativa correta conforme o Decreto Distrital nº 42.872/2021.

- A.** A ausência de movimentação por 90 dias gera a suspensão da conta, mas preserva os créditos para utilização posterior pela família.
- B.** A ausência de movimentação permite que o BRB transfira os valores para outro integrante indicado no CadÚnico.
- C.** O benefício permanece ativo até que a SEDES realize visita domiciliar e confirme o desinteresse da beneficiária.
- D.** A ausência de movimentação por 90 dias acarreta o cancelamento do benefício e a restituição ao erário dos valores creditados.
- E.** O cancelamento depende da demonstração de que Luciana deixou de movimentar os valores com a intenção de obter vantagem indevida.

04. À luz da Lei Distrital nº 7.008/2021 e do Decreto Distrital nº 42.872/2021, a respeito da renda não informada no CadÚnico, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A renda pode ser desconsiderada quando for recebida por integrante da família diferente do responsável familiar.
- B.** A informação incorreta produz advertência administrativa, mantendo-se o benefício enquanto a família atender aos demais requisitos.
- C.** A omissão comprovada de informação provoca o cancelamento do benefício, com adoção das medidas necessárias ao ressarcimento ao erário.
- D.** A atualização posterior do CadÚnico im-

pede a apuração dos valores que tenham sido recebidos indevidamente.

E. O ressarcimento é aplicado quando a omissão provoca aumento do valor mensal do benefício, permanecendo afastado nos casos de ingresso irregular.

Em um CRAS do Distrito Federal, o pedagogo participou da elaboração do projeto “Território e Cidadania”, destinado a adolescentes e suas famílias. A proposta incluía oficinas sobre direitos sociais, rodas de conversa, visitas a equipamentos públicos e produção de um guia comunitário. As atividades seriam organizadas a partir das experiências dos participantes, com objetivos educativos definidos, planejamento flexível e avaliação processual. A equipe também estabeleceu parceria com uma escola pública, que desenvolveria conteúdos curriculares e registraria a frequência dos estudantes. Durante os encontros, os participantes relataram aprendizagens construídas espontaneamente na convivência familiar e comunitária.

05. Considerando as características da educação formal e da educação não formal, assinale a alternativa que classifica corretamente as ações apresentadas no estudo de caso.

A. As atividades do CRAS constituem educação formal porque possuem objetivos previamente definidos, enquanto as ações da escola configuram educação não formal por ocorrerem em parceria com outro equipamento público.

B. As oficinas do CRAS caracterizam educação informal porque partem das experiências dos participantes, enquanto as aprendizagens familiares constituem educação não formal por ocorrerem fora da escola.

C. As ações desenvolvidas pela escola e pelo CRAS integram a educação formal, pois ambas possuem planejamento, mediação profissional e avaliação dos resultados.

D. As atividades curriculares da escola pertencem à educação formal, enquanto as oficinas planejadas pelo CRAS constituem educação não formal.

E. As experiências familiares e comunitárias integram a educação formal, enquanto as

atividades escolares e socioassistenciais pertencem à educação não formal.

06. No âmbito da temática educação não formal e da atuação do pedagogo na SEDES, assinale a alternativa que apresenta a intervenção mais adequada ao projeto descrito.

A. Reproduzir a organização curricular da escola nas oficinas do CRAS, estabelecendo séries, notas e critérios de aprovação para demonstrar os resultados alcançados.

B. Organizar as atividades com base no território, favorecer a participação dos usuários e relacionar os conteúdos às situações concretas vivenciadas pelas famílias.

C. Priorizar exposições conduzidas pelo pedagogo, reservando as experiências dos participantes para o momento de avaliação final do projeto.

D. Transferir à escola a coordenação das oficinas, uma vez que a intencionalidade educativa exige supervisão de uma instituição pertencente ao sistema de ensino.

E. Desenvolver encontros sem objetivos previamente definidos, permitindo que a espontaneidade dos participantes caracterize a natureza não formal da ação.

07. À luz do conceito de educação previsto no art. 1º da Lei nº 9.394/1996 e da temática educação formal e não formal, assinale a alternativa correta sobre as aprendizagens identificadas no estudo de caso.

A. A educação compreende processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais.

B. A Lei nº 9.394/1996 reconhece como educação os processos vinculados às instituições escolares, deixando as aprendizagens comunitárias sob responsabilidade da política de assistência social.

C. As aprendizagens construídas na convivência familiar adquirem natureza educacional quando são registradas por um professor ou incorporadas ao currículo escolar.

D. As oficinas do CRAS passam a integrar a educação escolar quando possuem acompanhamento pedagógico e articulação com

uma escola pública.

E. Os processos educativos realizados nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil possuem natureza informal, mesmo quando apresentam objetivos e metodologia.

08. Considerando a relação entre educação formal e educação não formal evidenciada no estudo de caso, assinale a alternativa CORRETA:

A. A parceria entre o CRAS e a escola produz a substituição gradual das atividades curriculares pelas oficinas comunitárias, favorecendo a integração das políticas públicas.

B. A educação não formal atua como etapa preparatória para a educação formal, concentrando-se nos participantes que apresentam dificuldades de adaptação escolar.

C. A articulação entre escola e CRAS permite integrar conhecimentos curriculares, experiências territoriais e práticas de participação, preservadas as finalidades de cada instituição.

D. A escola deve assumir o planejamento do projeto socioassistencial, enquanto o CRAS fica responsável pela execução das atividades definidas no currículo.

E. A atuação conjunta descaracteriza a educação não formal, pois as oficinas passam a produzir efeitos sobre a trajetória escolar dos adolescentes.

SUPER **SEMANA SEDES** **24 A 28/08**